

A CASA DO SIMULADO



MINISSIMULADO 30/360

D.ADMINISTRATIVO





SIMULADO – 30/360

ADMINISTRATIVO

INSTRUÇÕES

- **TEMPO: 30 MINUTOS**
- **MODALIDADE: CERTO OU ERRADO**
- **30 QUESTÕES**



COMPOSIÇÃO DO SIMULADO

- **30 Questões de administrativo**



**DEMAIS SIMULADOS NO LINK
ABAIXO**



[CLIQUE AQUI](#)

REDE SOCIAL



[CURTA NOSSA PÁGINA](#)

MATERIAL LIVRE

Este material é **GRATUITO** e **pode ser divulgado e compartilhado**: A Casa do Simulado autoriza. A venda desse material é proibida!

**IMPORTÂNCIA DO TREINO
DIÁRIO**

É de conhecimento de todos que fazer questões é um dos melhores métodos de absorção de conteúdo, em contrapartida nem todos podem dispender tempo para se organizar e realizar questões com a frequência necessária para manutenção dos conceitos. Todo dia haverá um minissimulado novo, se não puderem fazer todos os dias, ao menos no final de semana treine, a equipe da Casa do Simulado deseja a todos bons estudos.

A respeito da organização e dos poderes da administração pública, julgue os itens 1 e 2.

1. Define-se poder vinculado da administração pública como a faculdade do gestor público de determinar condutas vinculadas à sua conveniência e oportunidade, observada a legalidade.
2. A criação de secretaria municipal de defesa do meio ambiente por prefeito municipal configura caso de desconcentração administrativa.

Julgue os itens 3 a 5, relativo a atributos, espécies e anulação dos atos administrativos.

3. Regulamento e ordem de serviço são exemplos, respectivamente, de ato administrativo normativo e de ato administrativo ordinatório.
4. Ocorre anulação do ato administrativo quando o gestor público o extingue por razões de conveniência e oportunidade.
5. A execução, de ofício, pela administração pública de medidas que concretizem o objeto de um ato administrativo caracteriza o atributo da imperatividade.

No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue os itens 6 e 7.

6. O consórcio formado por entes públicos pode assumir a forma de pessoa jurídica de direito privado.
7. O instrumento que estabelece o vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é o termo de parceria.

Com relação aos princípios aplicáveis à administração pública e ao enriquecimento

ilícito por agente público, julgue os itens 8 e 9.

8. Decorre do princípio de autotutela o poder da administração pública de rever os seus atos ilegais, independentemente de provocação.
9. A pretensão estatal de ressarcimento do erário em face de agente que tenha enriquecido ilicitamente no exercício de suas funções prescreverá em cinco anos.

A respeito de concessão administrativa, julgue os itens 10 e 11.

10. Tratando-se de concessão administrativa, a administração pública é usuária direta ou indireta da prestação de serviços, enquanto, no caso de concessão patrocinada, há cobrança de tarifa dos usuários particulares.
11. Em caso de inadimplemento do usuário, o fornecimento de serviço público pode ser interrompido pelo concessionário, sendo desnecessária a notificação.

No que se refere às características do poder de polícia e ao regime jurídico dos agentes administrativos, julgue o item que se segue.

12. As multas de trânsito, como expressão do exercício do poder de polícia, são dotadas de autoexecutoriedade.

No que se refere a tipos e formas de controle, julgue o item a seguir.

13. Quanto ao órgão que o exerce, o controle pode ser administrativo, legislativo ou judicial.

Com relação ao controle no âmbito da administração pública, julgue os itens 14 a 16.

14. O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a

administração pública tem sobre seus próprios atos e agentes.

15. A competência do Poder Judiciário quanto ao controle restringe-se ao mérito e à legalidade do ato impugnado.

16. A competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar constitui hipótese de controle parlamentar.

Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa – Lei n.º 8.429/1992 – e suas alterações, julgue o item que se segue.

17. Os atos de improbidade administrativa atingem apenas entidades integrantes do Poder Executivo.

Acerca do controle da atividade financeira do Estado e do controle exercido pelos tribunais de contas, julgue os itens 18 e 19.

18. Compete ao Tribunal de Contas da União, entre outras atribuições, representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

19. Quanto ao aspecto controlado, o controle classifica-se em controle de legalidade ou de correção.

Acerca da administração pública e da organização dos poderes, julgue o item subsequente à luz da CF.

20. Empresa pública responderá pelos danos que seu empregado, atuando como seu agente, ocasionar, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.

21. O princípio da eficiência determina que a administração pública direta e indireta adote critérios necessários para a melhor utilização possível dos recursos

públicos, evitando desperdícios e garantindo a maior rentabilidade social.

Em relação à anulação e à revogação dos atos administrativos, julgue os itens 22 a 24.

22. A revogação produz efeitos retroativos.

23. O Poder Judiciário e a própria administração pública possuem competência para anular ato administrativo.

24. O ato administrativo julgado inconveniente poderá ser anulado a critério da administração, caso em que a anulação terá efeitos retroativos.

Acerca de licitação e contratos administrativos, julgue os itens 25 a 30.

25. A administração possui a prerrogativa de modificar, unilateralmente, os contratos administrativos para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

26. É permitida a contratação direta pela administração pública, em razão da inexigibilidade de licitação, de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

27. É vedado o estabelecimento de contrato administrativo por prazo indeterminado.

28. Embora a Constituição Federal de 1988 preveja que o princípio da obrigatoriedade de licitação tem alcance amplo, os municípios com população inferior a dez mil habitantes não estão sujeitos a tal princípio, tendo

os prefeitos dessas localidades o poder discricionário de analisar a conveniência e a oportunidade da realização de certame licitatório.

29. É permitida a combinação das modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993, de modo a propiciar ao gestor maior flexibilidade nas contratações públicas.

30. Os tipos e as formas de controle da atividade administrativa variam segundo o poder, o órgão ou a autoridade que o exercita ou o fundamenta.

FOLHA DE RESPOSTAS

ANOTAÇÕES:	Questão	Resposta
	01	
	02	
	03	
	04	
	05	
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	
	11	
	12	
	13	
	14	
	15	
	16	
	17	
	18	
	19	
	20	
	21	
	22	
	23	
	24	
	25	
	26	
	27	
	28	
	29	
	30	

GABARITO

Questão	Resposta	ANOTAÇÕES:
01	E	
02	C	
03	C	
04	E	
05	E	
06	C	
07	C	
08	C	
09	E	
10	C	
11	E	
12	E	
13	C	
14	C	
15	E	
16	C	
17	E	
18	C	
19	E	
20	C	
21	C	
22	E	
23	C	
24	E	
25	C	
26	C	
27	C	
28	E	
29	E	
30	C	



COMO TIRAR O MÁXIMO PROVEITO DE UM SIMULADO

1



LUGAR RESERVADO

ESCOLHA UM LUGAR RESERVADO E SILENCIOSO PARA REALIZAR O SIMULADO. SE MORA COM MAIS PESSOAS, AVISE-AS PARA QUE NÃO INCOMODEM DURANTE A REALIZAÇÃO.

3



BEBA ÁGUA

DURANTE A PROVA, MANTENHA-SE SEMPRE HIDRATADO. ESTUDOS COMPROVAM A EFICIÊNCIA ENTRE A ÁGUA E O BOM DESEMPENHO MENTAL.

5



RETA FINAL

A EQUIPE A CASA DO SIMULADO DESEJAMOS A TODOS UMA BOA PROVA!

2



CRONOMETRE

OBSERVE NO EDITAL DO SEU CONCURSO QUAL SERÁ A DURAÇÃO DO CERTAME E FAÇA O SIMULADO NO TEMPO EQUIVALENTE. APRENDA A DISTRIBUIR O TEMPO ENTRE AS QUESTÕES. NÃO DEIXE PARA DESCOBRIR NO DIA DA PROVA QUAIS TIPOS DE QUESTÕES MERECEM MAIS TEMPO DA SUA ATENÇÃO.

4



BALANÇO

DEPOIS DO TÉRMINO DO SIMULADO, CONFIRA O GABARITO, ANALISE QUAIS SÃO SEUS PONTOS FORTES E OS PONTOS FRACOS PARA O DEVIDO AJUSTE NO SEU CRONOGRAMA DE ESTUDOS.

A CASA DO SIMULADO